

ENTRE DESAFIOS E POSSIBILIDADES: ESTRATÉGIAS PARA A PROMOÇÃO DO ALEITAMENTO MATERNO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

BETWEEN CHALLENGES AND POSSIBILITIES: STRATEGIES FOR PROMOTING BREASTFEEDING IN PRIMARY HEALTH CARE

Autores:

Alan André Lima Gomes¹

Discente do curso de Medicina, AFYA-GARANHUNS — alan793579@gmail.com

Fabricio Dalton Lima Souza¹

Discente do curso de Medicina, AFYA-GARANHUNS — fabriciodaltonlima04@gmail.com

Alan André Lima Gomes¹

Discente do curso de Medicina, AFYA-GARANHUNS — alan793579@gmail.com

José Fernando Monteiro Didier Melo¹

Discente do curso de Medicina, AFYA-GARANHUNS — josefernandomonteirodidier@gmail.com

Pedro Afonso Primo de Carvalho Cruz¹

Discente do curso de Medicina, AFYA-GARANHUNS — pedroafonsomed0@gmail.com

Thalita Analyane Bezerra de Albuquerque²

Orientadora; docente do curso de Medicina, AFYA-GARANHUNS — thalita.126@gmail.com

Noemi Maria Feitosa de Vasconcelos¹

Discente do curso de Medicina, AFYA-GARANHUNS — noemifeitosa15@gmail.com

¹ Discentes do curso de Medicina, AFYA-GARANHUNS.

² Docente do curso de Medicina, AFYA-GARANHUNS.

Eixo:Saúde

RESUMO

A amamentação é reconhecida pela Organização Mundial da Saúde como uma das estratégias mais eficazes para reduzir a morbimortalidade infantil, recomendando-se o aleitamento materno exclusivo até os seis meses e complementado até os dois anos de idade ou mais. Apesar dos benefícios amplamente documentados para a saúde da criança e da mulher, os índices de aleitamento materno exclusivo no Brasil ainda permanecem abaixo das metas estabelecidas, evidenciando a persistência de barreiras culturais, sociais, estruturais e institucionais. Este estudo teve como objetivo analisar os desafios e as possibilidades relacionados à promoção do aleitamento materno no âmbito da Atenção Primária à Saúde, considerando o papel da equipe de saúde, com destaque para a atuação médica nesse nível de atenção. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada por meio de consultas às bases de dados SciELO, LILACS, MEDLINE e BVS, utilizando descritores relacionados ao aleitamento materno, à atenção primária e às políticas públicas de saúde. Os resultados apontam que, entre os principais desafios, destacam-se a formação insuficiente das equipes sobre manejo clínico da amamentação, a falta de capacitação continuada, a insuficiência de vínculo entre profissional e gestante ou puérpera, barreiras socioeconômicas e culturais das famílias, além de fragilidades na articulação entre os diferentes pontos da Rede de Atenção à Saúde. Por outro lado, identificaram-se estratégias promissoras, como a educação permanente em saúde, o acolhimento humanizado no pré-natal e no puerpério, a visita domiciliar, o uso de tecnologias digitais e da teleamamentação, bem como o fortalecimento de políticas públicas voltadas à promoção do aleitamento

materno. Conclui-se que a efetivação do aleitamento materno depende de uma atuação multiprofissional articulada, na qual a equipe da Atenção Primária exerce papel central no diagnóstico precoce de dificuldades, na orientação clínica e no suporte contínuo às famílias, sendo necessário investir na formação profissional e na ampliação do suporte às gestantes e lactantes.

Palavras-chave: Aleitamento materno; Atenção Primária à Saúde; Medicina de Família e Comunidade; Promoção da saúde.

INTRODUÇÃO

O aleitamento materno é reconhecido pela Organização Mundial da Saúde e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância como uma das intervenções mais eficazes para a promoção da saúde infantil, sendo recomendado de forma exclusiva até o sexto mês de vida e complementado até os dois anos ou mais [1]. Seus benefícios ultrapassam a dimensão nutricional, estando associados à redução de infecções e outras morbidades infantis, além de benefícios para a saúde materna. Estima-se que a ampliação do aleitamento materno para níveis próximos da universalidade poderia prevenir aproximadamente 823 mil mortes de crianças menores de cinco anos por ano e cerca de 20 mil mortes por câncer de mama [13]. Esses dados reforçam sua relevância como estratégia de saúde pública e como tema fundamental na formação médica.

No Brasil, os indicadores de amamentação vêm apresentando avanços nas últimas décadas. Dados do Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil demonstram que a prevalência de aleitamento materno exclusivo em menores de seis meses alcançou 45,8% em 2019, frente a 38,6% em 2006 [2,3]. Apesar desse avanço, o percentual permanece abaixo da meta internacional de 70% estabelecida para 2030 pelo Global Breastfeeding Collective, evidenciando a necessidade de intensificação das estratégias de proteção, promoção e apoio à amamentação [4]. Dessa forma, o desmame precoce permanece como importante desafio de saúde pública no país.

Nesse contexto, a Atenção Primária à Saúde assume papel estratégico, por constituir um dos principais pontos de contato entre as famílias e os serviços de saúde durante o pré-natal, o puerpério e os primeiros anos de vida da criança. A equipe multiprofissional pode identificar precocemente dificuldades na amamentação, orientar quanto à pega e ao posicionamento adequados e prevenir ou manejar intercorrências como fissuras mamilares, ingurgitamento e mastite. Estudos destacam que a qualificação profissional e a organização do cuidado são fundamentais para a manutenção do aleitamento materno exclusivo [5,6].

Apesar disso, a literatura aponta fragilidades na formação e na prática clínica relacionadas ao manejo da amamentação, incluindo lacunas na capacitação continuada e dificuldades na

construção de vínculo longitudinal com gestantes e puérperas [6-8]. Somam-se a esses fatores barreiras sociais e culturais, como o retorno ao trabalho, a ausência de redes de apoio, a insegurança quanto à produção de leite e a pressão social sobre a alimentação do bebê [14,15]. A percepção de produção insuficiente de leite, inclusive, está entre os motivos frequentes para a introdução de fórmulas infantis, podendo ser influenciada pela interpretação inadequada de comportamentos fisiológicos do recém-nascido e pela ausência de suporte qualificado [14].

Por outro lado, estratégias como a educação permanente das equipes da Atenção Primária, o uso de tecnologias digitais para suporte remoto às mães e as visitas domiciliares no puerpério imediato têm demonstrado potencial para fortalecer a promoção e a manutenção da amamentação [9-11]. Quando articuladas às políticas públicas nacionais, essas ações podem contribuir para qualificar a assistência e ampliar o apoio às famílias.

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo analisar, à luz da literatura científica atual, os principais desafios e possibilidades relacionados à promoção do aleitamento materno na Atenção Primária à Saúde, com ênfase na atuação da equipe médica e multiprofissional nesse processo

OBJETIVO GERAL

Analisar, com base na literatura científica atual, os desafios e as possibilidades relacionados à promoção do aleitamento materno no âmbito da Atenção Primária à Saúde, incluindo as dificuldades enfrentadas pelas mulheres relacionadas à técnica de amamentação e ao estigma social associado ao ato de amamentar, bem como identificar estratégias efetivas para a atuação da equipe médica e multiprofissional no incentivo, na proteção e no apoio à amamentação.

METODOLOGIA

Foram estabelecidos como critérios de inclusão: artigos publicados no período de 2020 a 2026, nos idiomas português ou inglês, disponíveis na íntegra e que abordassem diretamente os desafios institucionais, assistenciais, técnicos ou socioculturais e/ou as estratégias de promoção do aleitamento materno na Atenção Primária à Saúde. Como critérios de exclusão, foram considerados: estudos duplicados entre as bases de dados, artigos publicados antes de 2020, trabalhos de opinião sem embasamento científico, publicações não disponíveis na íntegra e estudos que não se relacionavam diretamente ao objetivo proposto.

A seleção dos estudos ocorreu em três etapas: leitura inicial de títulos, seguida da leitura de resumos e, por fim, leitura na íntegra dos artigos considerados elegíveis. Os estudos selecionados foram organizados de acordo com os temas centrais identificados, o que permitiu a construção de categorias analíticas relacionadas aos desafios institucionais e assistenciais da Atenção Primária à Saúde; às dificuldades técnicas relacionadas à pega e à percepção da produção de leite; ao estigma social e às barreiras culturais enfrentadas pelas mulheres durante a amamentação; e às estratégias e possibilidades de intervenção voltadas à promoção do aleitamento materno.

RESULTADOS

Prevalência do aleitamento materno e distância das metas recomendadas

Os estudos analisados demonstraram crescimento histórico das taxas de amamentação no Brasil. Dados do Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil apontaram prevalência de aleitamento materno exclusivo de 45,8% entre menores de seis meses em 2019, frente a 38,6% em 2006 [2,3]. Entretanto, os índices permanecem abaixo das metas internacionais, com diferenças entre regiões e grupos sociodemográficos.

Fragilidades institucionais e assistenciais

Foram identificadas fragilidades na organização do cuidado, incluindo descontinuidade entre pré-natal e puerpério, fragmentação da rede de atenção e insuficiência de capacitação profissional para o manejo das intercorrências da lactação [5-8].

Dificuldades técnicas e insegurança materna

Entre os fatores relacionados à interrupção precoce do aleitamento, destacaram-se dificuldades na pega, dor, problemas na técnica de amamentação e insegurança quanto à produção de leite. A percepção de produção insuficiente de leite também apareceu entre os motivos associados à introdução de fórmulas infantis [7,14].

Aspectos sociais e culturais

Os estudos evidenciaram ainda a influência de fatores sociais e culturais, como pressão social, julgamento, ausência de redes de apoio e dificuldades relacionadas ao ambiente de

trabalho. A experiência da amamentação mostrou-se influenciada por fatores que ultrapassam a relação entre mãe e criança [14,15].

Estratégias de enfrentamento

Entre as estratégias identificadas, destacaram-se a educação permanente das equipes, o fortalecimento do apoio no puerpério, as visitas domiciliares e o uso de tecnologias digitais como ferramentas complementares de suporte. Também foram evidenciadas políticas de proteção à mulher trabalhadora, incluindo licença remunerada, pausas para amamentação ou ordenha e condições adequadas no ambiente de trabalho [9-11,14,16,17].

DISCUSSÃO

Os achados demonstram que a interrupção precoce do aleitamento materno apresenta caráter multifatorial, envolvendo aspectos institucionais, técnico-clínicos, sociais e estruturais. As diferenças observadas entre regiões e grupos sociais reforçam que as estratégias de promoção devem considerar as condições específicas de cada família.

As fragilidades encontradas na Atenção Primária indicam que o problema não se restringe à atuação individual dos profissionais, mas também envolve a organização do processo de trabalho. A descontinuidade do acompanhamento e a capacitação insuficiente podem limitar a capacidade da equipe de oferecer suporte adequado diante das dificuldades da lactação [5-8].

As dificuldades técnicas, especialmente problemas de pega, dor e insegurança quanto à produção de leite, podem favorecer a introdução precoce de fórmulas. A percepção de leite insuficiente pode ser intensificada pela interpretação equivocada de comportamentos fisiológicos do recém-nascido, sobretudo quando não existe orientação profissional adequada [7,14]. Dessa forma, a interrupção do aleitamento não deve ser compreendida como falta de esforço materno, mas como resultado da interação entre dificuldades individuais e ausência de suporte oportuno.

Outro aspecto relevante é o estigma associado à amamentação. A pressão para amamentar e o julgamento diante das dificuldades podem aumentar a insegurança das mulheres. Além disso, fatores como condições de trabalho, suporte familiar, políticas públicas e acesso aos serviços de saúde interferem diretamente na manutenção da prática [14,15].

Nesse cenário, estratégias como educação permanente, visitas domiciliares, acompanhamento no puerpério e tecnologias digitais podem ampliar o suporte oferecido às mulheres e favorecer a continuidade do cuidado [9-11,16]. Medidas de proteção no ambiente de trabalho também são importantes para reduzir barreiras estruturais à manutenção do aleitamento [14,17].

Assim, a promoção do aleitamento materno na Atenção Primária exige uma abordagem integrada, que associe qualificação técnica, suporte clínico precoce, acolhimento das necessidades emocionais e sociais e políticas públicas de proteção à mulher que amamenta.

CONCLUSÃO

Os achados desta revisão mostram que a interrupção precoce do aleitamento materno no Brasil resulta da combinação de fatores institucionais, técnico-clínicos, sociais e estruturais. Entre os principais desafios, destacam-se a fragmentação do cuidado, a capacitação insuficiente das equipes para o manejo das intercorrências da lactação, as dificuldades relacionadas à pega e à percepção da produção de leite, além do estigma social e da cobrança vivenciados pelas mulheres [5-8,14,15].

Por outro lado, a literatura evidencia estratégias promissoras, como a educação permanente das equipes, o fortalecimento do apoio na Atenção Primária, as visitas domiciliares no puerpério, o uso de tecnologias digitais e as políticas de proteção e apoio à mulher que amamenta [9-11,14,17].

Diante desse cenário, a promoção do aleitamento materno na Atenção Primária requer uma atuação integrada da equipe médica e multiprofissional, associando competência técnica ao acolhimento das dimensões emocionais e sociais da amamentação. Para a formação médica, destaca-se a importância de preparar profissionais capazes não apenas de orientar sobre a prática, mas também de reconhecer e enfrentar as barreiras que dificultam sua manutenção.

Recomenda-se que estudos futuros investiguem intervenções voltadas à qualificação das equipes, à redução do estigma social e à ampliação do suporte às mulheres, contribuindo para o desenvolvimento de políticas e práticas assistenciais mais efetivas na promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno.

REFERÊNCIAS

1. World Health Organization. Breastfeeding [Internet]. Geneva: World Health Organization; 2018 [cited 2026 Aug 26]. Available from: <https://www.who.int/news-room/facts-in-pictures/detail/breastfeeding>
2. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI-2019): relatório 4: aleitamento materno: prevalência e práticas de aleitamento materno em crianças brasileiras menores de 2 anos. Rio de Janeiro: UFRJ; 2021.
3. Castro IRR, et al. Nutrition transition in Brazilian children under 5 years old from 2006 to 2019. *Cad Saude Publica*. 2023;39(8):e00215722.
4. World Health Organization, United Nations Children's Fund. Global breastfeeding scorecard 2023: rates of breastfeeding increase around the world through improved protection and support. Geneva: WHO; 2023.
5. Amorim MV, et al. Análise das principais estratégias de promoção ao aleitamento materno na atenção primária à saúde. *Braz J Implantol Health Sci*. 2023;5(4):951-974.
6. Zanlorenzi GB, Wall ML, Aldrich JD, Benedet DCF, Skupien SV, Souza SRRK. Fragilidades e potencialidades do cuidado de enfermagem em aleitamento materno na atenção primária: revisão integrativa. *Rev Enferm UFSM*. 2022;12:e36. doi:10.5902/2179769268253.
7. Anjos CR, Almeida CS, Picanço CM. Percepção das enfermeiras sobre o aleitamento materno no puerpério imediato. *Rev Baiana Enferm*. 2022;36:e43626. doi:10.18471/rbe.v36.43626.
8. Higashi GC, et al. Práticas de enfermeiros e a influência sociocultural na adesão ao aleitamento materno. *Rev Baiana Enferm*. 2021;35.
9. Amorim Júnior CA, et al. Uso de tecnologias digitais no apoio ao aleitamento materno: revisão integrativa. *Texto Contexto Enferm*. 2023;32:e20220475.
10. Nóbrega MS, Mota KS, Felipe AOB, Ribeiro PM, Moreira DS. Enfermeiros na promoção do aleitamento materno no puerpério imediato: revisão integrativa. *Contrib Cienc Soc*. 2023;16(10):19392-19410. doi:10.55905/revconv.16n.10042.
11. Silva FFP, et al. Ações do enfermeiro ao incentivo e efetivação do aleitamento materno exclusivo (AME): uma revisão integrativa. *Rev FT*. 2023;20(1):44-53.
12. Souza Santos I, Santos C, Pereira ICA, et al. Promotion of breastfeeding in adoptive mothers: a literature review. *Rev Pesqui Cuid Fundam*. 2024;16:e13316.
13. Victora CG, Bahl R, Barros AJD, França GVA, Horton S, Krasevec J, et al. Breastfeeding in the 21st century: epidemiology, mechanisms, and lifelong effect. *Lancet*. 2016;387(10017):475-490. doi:10.1016/S0140-6736(15)01024-7.
14. Pérez-Escamilla R, Tomori C, Hernández-Cordero S, Baker P, Barros AJD, Bégin F, et al. Breastfeeding: crucially important, but increasingly challenged in a market-driven world. *Lancet*. 2023;401(10375):472-485. doi:10.1016/S01406736(22)01932-8.
15. Alves YR, Couto LL, Barreto ACM, Quitete JB. Breastfeeding under the umbrella of support networks: a facilitative strategy. *Esc Anna Nery*. 2020;24(1):e20190017. doi:10.1590/2177-9465-EAN-2019-0017.
16. Alves ALN, Oliveira MIC, Moraes JR. Iniciativa Unidade Básica Amiga da Amamentação e sua relação com o aleitamento materno exclusivo. *Rev Saude Publica*. 2013;47(6):1130-1140. doi:10.1590/S0034-8910.2013047004841.
17. Litwan K, Lara-Mejía V, Chahine T, Hernández-Cordero S, Vilar-Compte M, Pérez-Escamilla R. An analysis of actors participating in the design and implementation of workplace breastfeeding interventions in Mexico using the NetMap analysis approach. *Front Public Health*. 2023;11:1192600. doi:10.3389/fpubh.2023.1192600.